Revista Poíesis Pedagógica

Revista Poíesis Pedagógica ISSN 2178-4442
Universidade Federal de Catalão (UFCAT)
Janeiro/Dezembro, 2026 – Volume 24
e2026007, Páginas 1–12
10.69532/2178-4442.v24.75243

Fluxo Contínuo – Artigo

A atuação do/a psicólogo/a escolar e educacional no Brasil: uma revisão sistemática da literatura

The role of school and educational psychologists in Brazil: a systematic literature review

La actuación de psicólogas y psicólogos escolares y educacionales en Brasil: una revisión sistemática de la literatura

Ariane Fioriti[1] e Janaina Cassiano Silva[2]

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma revisão sistemática da literatura, cujo objetivo consistiu em investigar a atuação da/o psicóloga/o escolar e educacional na educação básica brasileira, no período de 2019 a 2024. A análise dos cinco artigos selecionados permitiu identificar convergências teórico-metodológicas em torno de práticas críticas, preventivas e institucionais, em contraposição a modelos clínico-individualizantes. Foram delineadas cinco unidades analíticas: a mediação como eixo da prática; a valorização de ações preventivas; a centralidade dos sujeitos; a fundamentação teórico-crítica; e os desafios formativos e institucionais. Os resultados indicam a consolidação da Psicologia Escolar e Educacional, no Brasil, como campo comprometido com a transformação social, embora ainda demande maior articulação entre políticas públicas, formação profissional e pesquisa acadêmica.

Palavras-chave: Psicologia Escolar e Educacional. Atuação profissional. Educação Básica. Revisão sistemática.

Abstract

This article reports the findings of a systematic literature review aimed at examining the professional practice of school and educational psychologists in Brazilian basic education from 2019 to 2024. The analysis of the five selected studies revealed theoretical and methodological convergences around critical, preventive, and institutionally oriented practices, in contrast to clinical and individualizing models. Five analytical categories were identified: mediation as the organizing axis of practice; the emphasis on preventive actions; the centrality of subjects; critical theoretical grounding; and formative and institutional challenges. The findings indicate that School and Educational Psychology in Brazil has increasingly consolidated as a field committed to social transformation, although it still requires stronger articulation among public policies, professional education, and academic research.

Keywords: School and Educational Psychology. Professional Practice. Basic Education. Systematic Literature Review.

Resumen

Este artículo presenta los hallazgos de una revisión sistemática de la literatura cuyo objetivo fue examinar el ejercicio profesional de psicólogas y psicólogos escolares y educacionales en la educación básica brasileña entre 2019 y 2024. El análisis de los cinco estudios seleccionados reveló convergencias teóricas y metodológicas en torno a prácticas críticas, preventivas e institucionales, en contraste con modelos clínicos e individualizantes. Se identificaron cinco categorías analíticas: la mediación como eje organizador de la práctica; la valorización de las acciones preventivas; la centralidad de los sujetos; la fundamentación teórico-crítica; y los desafíos formativos e institucionales. Los hallazgos indican que la Psicología Escolar y Educacional en Brasil se ha consolidado progresivamente como un campo comprometido con la transformación social, aunque requiere una articulación más sólida entre políticas públicas, formación profesional e investigación académica.

Palabras clave: Psicología Escolar y Educacional. Ejercicio profesional. Educación básica. Revisión sistemática de la literatura.

[1]Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Catalão, Goiás, Brasil. E-mail: ariane.fioriti1@gmail.com
[2]Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Catalão, Goiás, Brasil. E-mail: janacassiano@ufcat.edu.br

OPEN ACCESS

1. INTRODUÇÃO

A Psicologia Escolar e Educacional constitui um campo de atuação complexo e historicamente tensionado por diferentes concepções teóricas, políticas e metodológicas. No Brasil, a trajetória dessa especialidade se articula com os movimentos mais amplos da Psicologia enquanto ciência e profissão, revelando permanências e rupturas na forma como a/o psicóloga/o tem sido inserido nos contextos escolares. Inicialmente marcada por práticas voltadas à avaliação psicométrica e ao diagnóstico de dificuldades individuais de aprendizagem, a Psicologia Escolar e Educacional vem, nas últimas décadas, passando por um processo de ressignificação que busca superar o enfoque clínico e patologizante, assumindo uma postura crítica, coletiva e comprometida com a transformação das práticas educativas.

Esse movimento de transição está fortemente vinculado às influências da Psicologia Histórico-Cultural, cujos pressupostos, ancorados no materialismo histórico-dialético, colocam a educação como prática social essencial à humanização dos indivíduos. Nessa perspectiva, o psicólogo escolar e educacional deve compreender os fenômenos psicológicos como produtos da historicidade, da cultura e das relações sociais mediadas pelo trabalho e pela linguagem. Essa compreensão exige uma atuação que vá além do atendimento individual, propondo-se a intervir criticamente nos processos educativos e nos determinantes sociais que incidem sobre o cotidiano escolar.

A literatura recente sobre a atuação da/o psicóloga/o escolar e educacional no Brasil evidencia esse deslocamento paradigmático. O estudo de Silva e Aquino (2023), por exemplo, ao realizar um levantamento da produção científica nacional e internacional sobre o tema, identifica que os referenciais teóricos predominantes nas investigações brasileiras estão ancorados na Psicologia Histórico-Cultural e nas abordagens críticas. Tais estudos indicam que a inserção da/o psicóloga/o nas escolas deve priorizar a mediação de processos relacionais, a escuta das comunidades escolares e o fortalecimento de práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento integral das pessoas.

Além disso, observa-se uma valorização da articulação entre Psicologia e Educação em ações interdisciplinares, que envolvam docentes, gestores e famílias na construção de estratégias para a promoção do desenvolvimento humano e da apropriação de conceitos científicos (Silva; Aquino, 2023). Nessa direção, as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia (2019), por meio do documento Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica, orientam o trabalho profissional para além da clínica individual, defendendo uma prática ética, comprometida com os direitos humanos e com a democratização do acesso à educação.

A promulgação da Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019), que determina a inserção de profissionais da Psicologia e do Serviço Social nas redes públicas de educação básica, constitui um marco normativo fundamental nesse processo, pois institucionaliza a presença da/o psicóloga/o escolar e educacional como parte da equipe multiprofissional das escolas. Essa legislação reforça a importância de que o trabalho da/o psicóloga/o esteja alinhado a concepções críticas e emancipadoras, distantes da lógica medicalizante e adaptativa que historicamente predominou nas práticas escolares.

Nesse cenário, torna-se imprescindível aprofundar a investigação sobre as práticas que vêm sendo desenvolvidas no campo da Psicologia Escolar e Educacional no Brasil, a fim de compreender as concepções que as sustentam, as estratégias de intervenção mobilizadas e os desafios enfrentados na efetivação de uma atuação transformadora. Com base nesse objetivo, o presente artigo apresenta os resultados de uma revisão sistemática da literatura que visa mapear e analisar as práticas descritas em estudos empíricos nacionais, contribuindo para o fortalecimento de uma Psicologia Escolar e Educacional comprometida com os princípios da educação pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

2. METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, conforme os princípios metodológicos descritos por Sampaio e Mancini (2007). Para tanto, elaborou-se um protocolo de pesquisa que contemplou as seguintes etapas: (a) planejamento da busca; (b) definição dos critérios de inclusão e exclusão; (c) avaliação do rigor e da qualidade dos estudos; (d) análise e interpretação dos resultados; e (e) síntese das evidências.

a) Planejamento da busca: O planejamento da busca envolveu a formulação clara e objetiva da pergunta de pesquisa, a seleção criteriosa das bases de dados, a definição dos descritores e a escolha das estratégias de busca. A pergunta que orientou o estudo foi: O que a produção científica brasileira tem evidenciado sobre a atuação da/o psicóloga/o escolar e educacional na educação básica? As bases consultadas foram a Biblioteca Eletrônica SciELO e o Portal de Periódicos da CAPES. Os descritores utilizados foram: "psicologia escolar", "atuação da/o psicóloga/o" e "escola", combinados por meio do operador booleano "AND", com o objetivo de refinar os resultados e garantir a relevância dos materiais selecionados.

b) Delineamento dos critérios de inclusão e exclusão: Foram definidos os seguintes critérios de inclusão: (I) publicações no período de 2019 a 2024; (II) estudos que tratem do ensino básico no contexto brasileiro; (III) produções que abordem a atuação da psicologia escolar e educacional; e (IV) estudos que versem sobre a prática profissional de psicólogos(as) escolares e educacionais. Os critérios de exclusão contemplaram: (I) publicações em língua estrangeira; (II) estudos cujo conteúdo não se relacione com o objetivo da pesquisa; (III) títulos duplicados; (IV) materiais indisponíveis na íntegra; e (V) estudos voltados à atuação em estágios supervisionados.

c) Avaliação do rigor e da qualidade dos estudos: A avaliação do rigor e da qualidade dos estudos foi realizada após o refinamento inicial das publicações identificadas. Essa etapa consistiu na análise detalhada dos textos selecionados, considerando-se os elementos que contribuíssem diretamente para os objetivos propostos. Foram feitas anotações e classificações das evidências de acordo com sua relevância e consistência teórica.

d) Análise e interpretação dos resultados: A análise e interpretação dos dados foram conduzidas por meio da identificação de unidades analíticas centrais. Essas unidades permitiram organizar, categorizar e interpretar os achados de forma coerente com os objetivos da pesquisa e com os fundamentos teóricos adotados.

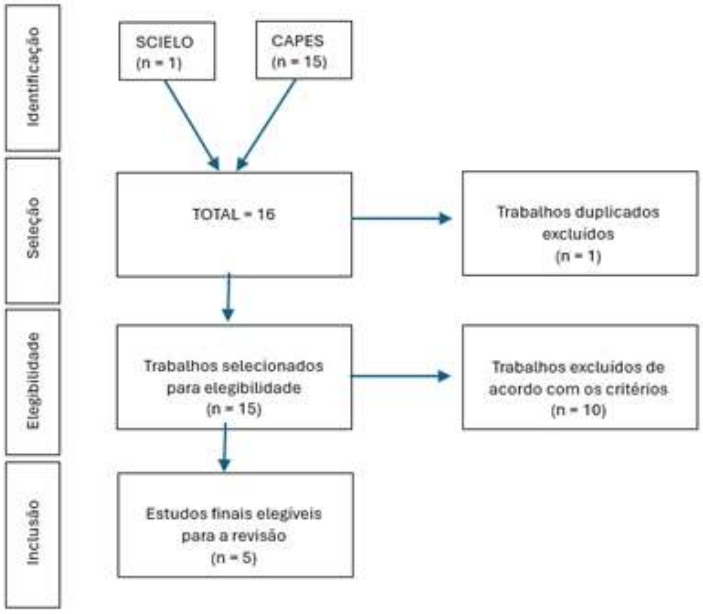
e) Síntese: A síntese das informações obtidas ao longo da revisão sistemática foi estruturada de modo a evidenciar lacunas presentes na produção científica sobre o tema, bem como a destacar os elementos que favorecem o desenvolvimento de concepções críticas acerca da atuação da Psicologia Escolar e Educacional no contexto da educação básica.

3. RESULTADOS

O fluxograma apresentado na Figura 1 ilustra as etapas do processo de seleção dos estudos incluídos nesta revisão sistemática. Inicialmente, foram identificados 16 trabalhos nas bases de dados SciELO (n = 1) e CAPES (n = 15). Após a etapa de triagem, um estudo duplicado foi excluído, totalizando 15 artigos considerados para a análise de elegibilidade. Nessa fase, foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, o que resultou na eliminação de 10 artigos que não atendiam aos parâmetros da pesquisa, como foco temático e artigos referentes às práticas de estágios supervisionados. Ao final, cinco

estudos foram considerados elegíveis para compor o corpus da revisão, servindo de base para a análise das práticas da/o psicóloga/o escolar descritas na literatura científica brasileira.

Figura 1 – Etapas do processo de seleção dos estudos incluídos na revisão sistemática



Fonte: Elaboração pelas autoras

A Tabela 1 sistematiza as principais informações extraídas dos cinco artigos selecionados para esta revisão, tendo como foco a investigação das práticas da/o psicóloga/o escolar na educação básica. A partir da leitura integral dos textos, foram organizados dados referentes às referências bibliográficas, objetivos dos estudos, metodologias utilizadas, formas de atuação da/o psicóloga/o escolar, referenciais teóricos adotados e principais resultados encontrados. Essa sistematização permite visualizar, de maneira comparativa, os enfoques e contribuições de cada pesquisa, facilitando a identificação de elementos comuns e recorrentes que subsidiaram a construção das unidades analíticas discutidas neste artigo.

Com base na leitura dos cinco artigos analisados, é possível identificar importantes aproximações e especificidades no que se refere à atuação da/o psicóloga/o escolar e educacional em diferentes contextos educacionais. Os estudos revelam uma tendência teórico-metodológica comprometida com a crítica às práticas tradicionais de cunho clínico-individualizante e com a defesa de uma Psicologia Escolar e Educacional voltada para a mediação das relações institucionais e promoção do desenvolvimento humano em sua totalidade.

No artigo de Leite, Alberto e Santos (2021), a atuação da/o psicóloga/o escolar é apresentada a partir de uma experiência de intervenção em uma escola pública, com foco na temática da educação sexual. Nessa proposta, fundamentada na abordagem histórico-cultural, a/o psicóloga/o assume o papel de mediadora/or dos processos de reflexão e formação de professores, buscando ressignificar concepções moralistas e punitivas sobre a sexualidade infantil. A prática é concebida como institucional e preventiva, e se orienta por uma concepção crítica da Psicologia Escolar e Educacional, que compreende a mediação pedagógica como elemento transformador das relações escolares.

O estudo de Melo, Matos e Matos (2021) problematiza a atuação da/o psicóloga/o no contexto do ensino médio, especialmente no que se refere ao processo de escolha profissional dos estudantes. A pesquisa revela que as psicólogas escolares reconhecem a importância de sua intervenção na orientação profissional como um processo que ultrapassa a mera indicação de carreiras, articulando-se com a forma-

ção subjetiva, social e crítica dos adolescentes. Essa perspectiva está ancorada na Psicologia Histórico-Cultural, que permite compreender o desenvolvimento humano em articulação com as condições objetivas da realidade, reconhecendo os limites e potencialidades da atuação profissional diante das determinações sociais.

Tabela 1 – Informações dos artigos selecionados para análise

Referências	Objetivos	Metodologia	Atuação do psicólogo escolar	Concepção teórica	Principais resultados
LEITE, Fernanda; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; SANTOS, Denise Pereira dos. Atuação em psicologia escolar: intervenções com profissionais sobre educação sexual. Psicologia Escolar e Educacional, v. 25, 2021.	Relatar uma experiência de intervenção em Psicologia Escolar com foco em educação sexual em escola pública de João Pessoa.	Relato de experiência fundamentado na abordagem histórico-cultural, com ações de formação junto a docentes.	Mediação de reflexões e formação de professores sobre sexualidade infantil, promovendo mudanças nas práticas escolares.	Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski.	Ampliação das possibilidades de atuação docente; formação promoveu reflexões críticas sobre o tema.
MELO, Eliane Ribeiro Magalhães de Sousa Fortes de et al. Percepção de psicólogas escolares sobre o processo de escolha profissional no ensino médio. Research, Society and Development, v. 10, n. 2, 2021.	Conhecer a percepção e atuação de psicólogas escolares sobre o processo de escolha profissional no Ensino Médio.	Pesquisa qualitativa com entrevistas e questionários semiabertos aplicados a psicólogas escolares.	Mediação de processos subjetivos e sociais relacionados à escolha profissional dos estudantes.	Abordagem histórico-cultural do desenvolvimento e teorias críticas da Psicologia.	Valorização da orientação profissional; psicólogas reconhecem papel fundamental na formação crítica dos jovens.
CONCEIÇÃO, Pedro Wilson Ramos da et al. A prática da psicologia escolar e sua contribuição na inclusão escolar de crianças atípicas. Research, Society and Development, v. 10, n. 4, 2021.	Compreender a atuação do psicólogo escolar na inclusão de crianças atípicas.	Entrevista semiestruturada com psicóloga da AMA, analisada por categorização de conteúdo.	Promoção de inclusão por meio de apoio a famílias, docentes e comunidade escolar.	Referencial da psicologia escolar crítica e inclusão.	Reconhecimento do psicólogo como articulador do processo inclusivo, promovendo desenvolvimento igualitário.
ALBUQUERQUE, Jéssica Andrade de; AQUINO, Fabíola de Sousa Braz. Psicologia escolar e relação família-escola: um estudo sobre concepções profissionais. Psicologia em Pesquisa, v. 15, n. 1, 2021.	Investigar as concepções de psicólogos escolares sobre a relação família-escola em instituições públicas.	Pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas e análise documental de projetos escolares.	Mediação das relações entre família e escola, com ênfase na construção de vínculos e superação de estereótipos.	Referência na Psicologia Escolar crítica e mediação dialógica.	Identificação de fragilidades na formação dos psicólogos e ausência de clareza na atuação junto às famílias.
BRANCO, Marina Lima Carvalho; COSTA, Lorena Silva; PINTO, Iasmin Santos da Rocha. Intervenções em psicologia escolar na educação profissional e tecnológica na pandemia. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 23, n. 2, p. 586-606, 2023.	Refletir sobre as possibilidades de atuação da psicologia escolar no contexto da pandemia, na educação profissional e tecnológica.	Relato de experiência com base em ações realizadas por psicólogas do IFB durante a pandemia.	Atuação remota com rodas de conversa, acolhimento e pesquisa institucional durante a pandemia.	Psicologia escolar crítica, dialética e preventiva.	Criação de espaços potentes de acolhimento e decisão institucional baseada em dados; fortalecimento do vínculo com estudantes.

Fonte: Elaboração pelas autoras

No campo da inclusão escolar, Conceição *et al.* (2021) destacam o papel da/o psicóloga/o como articuladora/or entre escola, família e comunidade no atendimento a crianças com desenvolvimento atípico. O estudo ressalta a necessidade de projetos de inclusão bem estruturados e da ação integrada da/o psicóloga/o com os demais atores institucionais. A/o psicóloga/o, nesse contexto, atua como suporte técnico e emocional, promovendo estratégias que garantam a equidade no processo educacional e combatam práticas excludentes, preconceituosas e normativas.

O trabalho de Albuquerque e Aquino (2021) aborda a relação entre escola e família, enfatizando as dificuldades enfrentadas pelas/os psicólogas/os escolares e educacionais na mediação desse vínculo. Os autores identificam a carência de clareza das/os profissionais quanto às ações possíveis nesse campo e apontam a ausência de propostas sistematizadas nos documentos oficiais das escolas públicas. O estudo revela a importância da atuação da/o psicóloga/o escolar como facilitadora/or do diálogo e da corresponsabilização entre família e escola, superando visões estigmatizadas que culpabilizam as famílias pelas dificuldades escolares dos estudantes.

O artigo de Branco, Costa e Pinto (2023) contribui ao refletir sobre as possibilidades de atuação da/o psicóloga/o escolar durante a pandemia de Covid-19, especialmente na educação profissional e tecnológica. As autoras relatam ações desenvolvidas por psicólogas de um Instituto Federal, como rodas de conversa on-line, pesquisas institucionais e produção de tecnologias educacionais. A atuação foi orientada por uma concepção crítica de Psicologia Escolar e Educacional, que se propõe a acolher as múltiplas dimensões do sofrimento psíquico em contextos de emergência, promovendo o fortalecimento de vínculos e a criação de espaços coletivos de escuta e reflexão.

A leitura e análise dos cinco artigos selecionados revelou um conjunto de similaridades que permitiram a identificação de cinco unidades analíticas centrais, diretamente relacionadas ao objetivo desta pesquisa, qual seja, compreender como a atuação da/o psicóloga/o escolar e educacional tem sido concebida na produção científica brasileira recente. Na próxima seção, serão analisadas as seguintes unidades: a mediação como eixo da prática; a valorização de práticas preventivas e institucionais; o foco nos sujeitos escolares; a fundamentação teórico-crítica; e os desafios formativos e institucionais.

4. DISCUSSÃO

A primeira unidade diz respeito à mediação como eixo estruturante da prática da/o psicóloga/o escolar e educacional. Em todos os estudos, observa-se que esse profissional atua como articulador de processos comunicativos e formativos entre sujeitos, saberes e dimensões institucionais da escola. Essa mediação manifesta-se na interlocução com professores sobre temas sensíveis, como a sexualidade (Leite; Alberto; Santos, 2021), no apoio à construção de projetos de vida dos estudantes (Melo *et al.*, 2021), no acompanhamento de crianças com desenvolvimento atípico (Conceição *et al.*, 2021), na aproximação entre escola e família (Albuquerque; Aquino, 2021), e na criação de espaços de escuta durante a pandemia (Branco; Costa; Pinto, 2023). Essa concepção dialoga com a perspectiva histórico-cultural, na medida em que a mediação é compreendida como princípio essencial da atividade humana e do desenvolvimento das funções psicológicas superiores, atribuindo à atuação da/o psicóloga/o um caráter ético-político (Lessa; Souza, 2023).

Isso quer dizer que, não obstante a importância da mediação da psicologia escolar e educacional em temas como aqueles aludidos acima, o conceito de mediação refere-se, também, aos conteúdos sistematizados que devem ser socializados pela educação escolar (Saviani, 2011). O desenvolvimento das funções psicológicas superiores como a atenção voluntária, a memória lógica, o pensamento por conceitos

etc., não ocorre sem a internalização dos signos, ou seja, do substrato cultural (Martins, 2013) e cabe à psicologia subsidiar a educação escolar no que diz respeito à premissa de que a qualidade da mediação cultural determina a qualidade do desenvolvimento psicológicos de alunos e alunas. Daí a defesa de Saviani (2011) sobre a especificidade da educação, qual seja, a socialização dos conteúdos não cotidianos como a ciência, a arte e a filosofia.

A segunda unidade aponta para a valorização de práticas preventivas e institucionais, em contraposição aos modelos clínicos e individualizantes. Os artigos analisados aproximam na crítica à patologização das dificuldades escolares e propõem ações que incidem no cotidiano institucional. Essa perspectiva é também evidenciada no trabalho de Otaciano *et al*. (2023), ao discutir práticas desmedicalizantes que rompem com reduções biologizantes das queixas escolares, e consideram os múltiplos determinantes históricos e sociais do fracasso escolar. Tal abordagem é coerente com a tradição crítica da Psicologia Escolar e Educacional brasileira, que, desde Patto (1999), denuncia o uso da psicologia como instrumento de controle e exclusão.

Mesmo com os avanços do pensamento crítico, justificativas de cunho organicista para as questões educacionais continuam existindo e se atualizando. Áreas como genética, neurologia e neuropsicologia, aliadas a exames de imagem e mapeamentos cerebrais avançados, servem como base tecnológica para culpar supostos fatores biológicos pelas dificuldades de aprendizagem. Consequentemente, o foco da análise deixa de ser a instituição escolar e o processo de ensino para se concentrar no aluno, o que agrava os perigos de patologizar e medicalizar os desafios escolares (Silva; Souza, 2025). Portanto, para que uma Psicologia Escolar e Educacional crítica se consolide, é essencial combater essas visões que culpabilizam o indivíduo e adotar diretrizes técnico-políticas sólidas para nortear a atuação nas redes de Educação Básica.

O documento de Referências Técnicas para a prática de psicólogas(os) na Educação Básica, elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia, propõe uma atuação voltada à defesa da educação como direito inalienável, lutando ativamente contra o racismo, os preconceitos, a pobreza, as violências, as desigualdades, bem como a medicalização e a patologização (CFP, 2019). Sob esse olhar, o profissional de psicologia lida com os indivíduos e suas questões subjetivas, mas evita limitar os impasses escolares a meras características pessoais. Essa prática demanda dominar conhecimentos sobre os processos de ensino-aprendizagem, currículo, materiais e métodos didáticos, políticas educacionais e o Projeto Político-Pedagógico, além de entender como todos esses fatores interagem com o desenvolvimento mental e emocional (Bertasso; Anjos, 2022).

Conforme as Referências Técnicas, a atuação da(o) psicóloga(o) no âmbito escolar e educacional vai muito além do modelo de atendimento clínico individualizado. Ela engloba a apreensão das dimensões institucionais, culturais, sociais e políticas que permeiam o ambiente escolar, além da colaboração ativa na formulação de um projeto político-pedagógico que respeite a pluralidade. Inclui também o acompanhamento da jornada de escolarização e um trabalho integrado com os familiares e a equipe da escola. Assim, qualquer intervenção precisa abranger os contextos familiar e educacional de forma ampla, rejeitando uma abordagem focada exclusivamente no estudante de forma isolada (CFP, 2019).

A centralidade dos sujeitos escolares é a terceira unidade. A escuta, o acolhimento e a formação de professores, estudantes e famílias aparecem como dimensões fundamentais da atuação psicológica. Como evidenciam Nunes, Silva e Melo (2023), o trabalho com os professores em propostas formativas é um campo potente de intervenção, pois contribui para a ressignificação das práticas pedagógicas e para a construção de uma escola mais inclusiva. Essa orientação reafirma o compromisso com os sujeitos concretos que compõem o espaço escolar, compreendidos em sua historicidade e complexidade.

Diante desse cenário, o trabalho conjunto em equipes multiprofissionais, conforme sugerido pela Lei nº 13.935/2019, requer que todos os profissionais tenham clareza tanto sobre as suas próprias atribuições quanto sobre as dos seus colegas de equipe. Segundo Bertasso e Anjos (2022), esse entendimento é essencial para garantir que a prática coletiva seja conduzida de forma consciente e intencional. Especificamente no âmbito da Psicologia Escolar e Educacional, isso significa dominar as particularidades do trabalho psicológico e compartilhar ativamente esse saber com docentes, equipes de gestão, familiares e os demais atores envolvidos no cotidiano educacional.

A quarta unidade refere-se à fundamentação teórico-crítica da prática da/o psicóloga/o escolar. Os artigos analisados compartilham o uso de referenciais como a Psicologia Histórico-Cultural e a Psicologia Escolar Crítica. Essas bases teóricas sustentam uma prática comprometida com a transformação social e a defesa da educação como direito. Lima *et al*. (2023) ressaltam que uma atuação crítica exige da/o psicóloga/o clareza teórica e consciência dos determinantes sociais e institucionais que atravessam os processos educativos. Nessa direção, a prática psicológica não é neutra, mas uma práxis que articula teoria, ação e transformação.

Por que é necessário discutir a atuação da Psicologia Escolar e Educacional à luz de uma abordagem psicológica específica? As orientações e os parâmetros produzidos pelo Conselho Federal de Psicologia e pelos Conselhos Regionais de Psicologia não seriam suficientes?

Iniciando pelo segundo questionamento, as normativas editadas pelos Conselhos de Psicologia, a exemplo do CFP (2019), são cruciais para o trabalho da/o profissional. Elas têm o propósito de estabelecer bases éticas, políticas e técnicas para a práxis em diversas áreas, incluindo o ambiente educacional. Contudo, esses documentos não suprem toda a base teórico-metodológica que a atuação exige, já que a Psicologia não é uma área uniforme, guiada por uma visão única sobre a sociedade, o desenvolvimento e o ser humano. É exatamente essa constatação que responde à primeira indagação: torna-se imprescindível definir a linha psicológica que embasa a prática, pois cada matriz teórica gera maneiras singulares de interpretar o funcionamento psíquico, o aprendizado, a educação escolar e, por conseguinte, a própria intervenção psicológica nas instituições de ensino.

Todas as abordagens psicológicas foram construídas ao longo da história ancoradas em visões diversas sobre o sujeito e sua evolução. Conforme aponta Martins (2013), a trajetória de formação da Psicologia carrega uma divisão central. Em uma vertente, estão as correntes de raiz idealista, que compreendem o psiquismo puramente por meio de instâncias inconscientes e mentais. Na outra ponta, figuram as perspectivas de natureza materialista positivista, que costumam enxergar a complexidade psicológica como um resultado direto da evolução biológica das espécies. Essa ruptura reflete maneiras divergentes de entender as interações entre cultura, sociedade, consciência e indivíduo.

Ainda segundo Martins (2013), quem consegue transpor essa dicotomia é a Psicologia Histórico-Cultural, ao analisar o psiquismo em seu caráter histórico, unindo as dimensões cultural e biológica em uma totalidade. Sob esse prisma, o funcionamento psíquico é visto como uma representação subjetiva do mundo objetivo, estruturada no cérebro humano a partir de um intrincado sistema que engloba funções afetivas e cognitivas. O desenvolvimento dessas funções não ocorre de forma isolada, inata ou espontânea, mas sim como produto das complexas dinâmicas sociais, das interações interpessoais e da assimilação do patrimônio cultural gerado ao longo da história.

Desse modo, a pluralidade presente na Psicologia ultrapassa os limites teóricos e reverbera diretamente na esfera da atuação profissional. No contexto da educação, essas variadas noções de sujeito

resultam em formas bastante diversas de interpretar as dinâmicas de desenvolvimento, ensino e aprendizagem.

A quinta e última unidade aborda os desafios formativos e institucionais enfrentados pelos psicólogos escolares e educacionais. Os estudos apontam lacunas na formação inicial e dificuldades para consolidar a presença da Psicologia Escolar e Educacional nas instituições de ensino. Lima, Nunes e Silva (2023) enfatizam que o trabalho da(o) psicóloga(o) escolar exige formação contínua, diálogo interdisciplinar e articulação com os projetos pedagógicos da escola. Ainda que a promulgação da Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019) represente um avanço no reconhecimento institucional da Psicologia na educação básica, observa-se um hiato entre a produção acadêmica e as políticas públicas, o que demanda maior articulação entre universidade, escolas e órgãos gestores.

O artigo 1º da Lei nº 13.935/2019 estabelece que a atuação da equipe multiprofissional precisa "[...] atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação [...]". Diante disso, Bertasso e Anjos (2022) destacam a importância de a/o psicóloga/o escolar e educacional examinar de forma crítica as diretrizes educacionais em vigor, já que estas frequentemente espelham lógicas neoliberais capazes de prejudicar a qualidade do ensino. Esse olhar analítico é o que possibilita desvendar as reais intenções ocultas nas normativas e, assim, formular ações que busquem o aprimoramento da educação nas escolas brasileiras. Para alcançar uma práxis com potencial de transformação, os autores argumentam que os profissionais precisam de uma formação acadêmica robusta e em constante atualização, capaz de garantir o embasamento prático e teórico exigido. Tal preparo não deve se restringir apenas aos saberes da Psicologia Escolar e Educacional, mas englobar também as políticas públicas e as teorias pedagógicas, capacitando a/o profissional a ler o cenário em que está inserida/o e a elaborar estratégias que, de fato, favoreçam o avanço da jornada de escolarização (Bertasso; Anjos, 2022).

As dificuldades expostas deixam claro que a efetivação da Psicologia no contexto da Educação Básica não se dá somente pela alocação de psicólogas/os nas escolas ou pela simples obediência à Lei nº 13.935/2019. Para que essa inserção se consolide de verdade, é imprescindível entender as particularidades da prática profissional, garantir um ambiente de trabalho apropriado, assegurar uma sólida capacitação teórico-prática, fomentar a troca de saberes entre os diversos agentes da educação e manter uma postura analítica frente às políticas educacionais. Todos esses fatores estão interligados, provando que a construção de um fazer psicológico crítico não vai depender unicamente do mero esforço pessoal da/o profissional, estando intrinsecamente condicionada às estruturas sociais, políticas e institucionais que cercam a sua prática.

Os achados da revisão indicam que a Psicologia Escolar e Educacional brasileira vem construindo uma prática que valoriza a mediação, a coletividade e o enfrentamento das desigualdades educacionais. No entanto, sua efetivação depende do enfrentamento de desafios estruturais, como a formação crítica de profissionais, o reconhecimento institucional da Psicologia na escola e o fortalecimento de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento omnilateral dos estudantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta revisão sistemática indicam que a Psicologia Escolar e Educacional no Brasil tem reafirmado seu compromisso com práticas voltadas à coletividade, à mediação institucional e à superação de perspectivas patologizantes no contexto educacional. A atuação da/o psicóloga/o escolar e educacional, conforme evidenciado nos estudos analisados, apresenta-se progressivamente desvinculada

de um modelo clínico-individualizante, adotando uma perspectiva crítica, preventiva e integrada à dinâmica escolar.

A análise dos artigos permitiu identificar cinco unidades analíticas que expressam aspectos recorrentes nas produções: a mediação como eixo da prática, a valorização de ações preventivas e institucionais, a centralidade dos sujeitos escolares, a fundamentação teórico-crítica da intervenção e os desafios formativos e institucionais. Esses elementos apontam para uma concepção de Psicologia Escolar e Educacional comprometida com a transformação das relações escolares, com o fortalecimento do diálogo entre os sujeitos e com a produção de práticas educativas mais equitativas e emancipatórias. A mediação, nesse contexto, não é apenas uma estratégia, mas um princípio orientador que organiza a escuta, a análise institucional e a construção coletiva de soluções.

Apesar desse movimento teórico e prático, observa-se uma importante lacuna no campo da pesquisa. Mesmo após a promulgação da Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019), que institui a presença de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica, foram poucos os artigos identificados, no período entre 2019 e 2024, que se dedicaram a analisar, de forma empírica ou teórica, as práticas efetivas desses profissionais no contexto escolar. Tal escassez pode indicar um descompasso entre o avanço normativo e a produção científica sobre a atuação.

Os estudos apontam dificuldades que persistem na formação inicial, ainda marcada por forte influência da clínica tradicional, e na ausência de diretrizes institucionais claras quanto às atribuições da/o psicóloga/o escolar e educacional. Essa situação compromete a inserção crítica do profissional e limita sua contribuição no enfrentamento das desigualdades educacionais.

Diante desse cenário, é fundamental ampliar os espaços de formação continuada voltados à realidade escolar, estimular o diálogo entre psicologia e educação e consolidar práticas intersetoriais. Reforça-se também a importância da produção científica comprometida com a práxis, capaz de refletir criticamente sobre as condições concretas de atuação e de contribuir para a efetivação dos princípios da Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019). A Psicologia Escolar e Educacional, concebida como prática transformadora, precisa estar articulada às demandas sociais, às políticas públicas e ao projeto de uma escola pública democrática, inclusiva e humanizadora.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Jéssica Andrade de; AQUINO, Fabíola de Sousa Braz. Psicologia escolar e relação família-escola: um estudo sobre concepções profissionais. **Psicologia em Pesquisa**, v. 15, n. 1, 2021.

BRANCO, Marina Lima Carvalho; COSTA, Lorena Silva; PINTO, Iasmin Santos da Rocha. Intervenções em psicologia escolar na educação profissional e tecnológica na pandemia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 23, n. 2, p. 586-606, 2023.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 dez. 2019.

BERTASSO, Maria Laura Lopes; ANJOS, Ricardo Eleutério dos. A psicologia nas redes públicas de educação básica: uma análise da Lei n. 13.935/2019 à luz da teoria histórico-cultural. **Revista GESTO-DEBATE**, Campo Grande, MS, v. 22, n. 07, p. 119-145, jan./dez. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica**. 2. ed. Brasília: CFP, 2019.

CONCEIÇÃO, Pedro Wilson Ramos da et al. A prática da psicologia escolar e sua contribuição na inclusão escolar de crianças atípicas. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, 2021.

LEITE, Fernanda; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; SANTOS, Denise Pereira dos. Atuação em psicologia escolar: intervenções com profissionais sobre educação sexual. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, 2021.

LESSA, P. V.; FACCI, M. G. D. Contribuições da psicologia histórico-cultural para a atuação crítica da psicologia escolar. **Revista Terra e Cultura**, n. 47, p. 88–98, 2008.

LESSA, P. V. de; SOUZA, M. P. R. de. Avaliação psicológica e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. In: LIMA, L. R. de et al. (Orgs.). **Práticas críticas em Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023, p. 184–223.

LIMA, L. R. de; NUNES, L. G. A.; SILVA, S. M. C.; SOUZA, M. P. R. (Orgs.). **Práticas críticas em Psicologia Escolar e Educacional**: experiências vividas no chão da escola e suas complexidades. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MELO, Eliane Ribeiro Magalhães de Sousa Fortes de et al. Percepção de psicólogas escolares sobre o processo de escolha profissional no ensino médio. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, 2021.

NUNES, L. G. A.; SILVA, S. M. C.; MELO, M. H. S. Diálogos com professoras sobre educação inclusiva: uma proposta formativa da Psicologia Escolar na Educação Básica. In: LIMA, L. R. de et al. (Orgs.). **Práticas críticas em Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023, p. 365–394.

OTACIANO, F. de C. O. et al. Medicalização da educação e encontros desmedicalizantes. In: LIMA, L. R. de et al. (Orgs.). **Práticas críticas em Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023, p. 95–122.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 6. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**. São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Glaydson Élder Freitas Santana da; AQUINO, Fabíola de Sousa Braz. Atuação de psicólogos escolares na Educação Básica: um levantamento nacional e internacional da literatura. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 41, n. 2, p. 1–22, abr./jun. 2023.

SILVA, J. C.; SOUZA, M. P. R. de. Avanços da Psicologia na Educação Básica como ciência e profissão: histórico, concepções e campos de atuação. In: TRINDADE, Camila; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; PESSOA, Camila Turati (org.). **Para além das fronteiras biológicas**: psicologia escolar em busca da humanização da educação. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. v. 1, p. 15-46.

Apêndice – Detalhes Editoriais

Histórico

Submetido: 22/03/2026
Aprovado: 16/10/2026
Publicado: 31/10/2026

Como citar esse artigo (ABNT)

FIORITI, Ariane; SILVA, Janaina Cassiano. Atuação de psicólogos escolares no Brasil. **Revista Poíesis Pedagógica**, Catalão/GO, v. 24, e2026007, 2026. https://doi.org/10.69532/2178-4442.v24.75243

Como citar esse artigo (APA)

Fioriti, A., & Silva, J. C. (2026). Atuação de psicólogos escolares no Brasil. *Revista Poíesis Pedagógica*, *v. 24*, e2026007. https://doi.org/10.69532/2178-4442.v24.75243

Financiamento

Não se Aplica.

Conflito de Interesse

Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmica, política de financeira referente a este artigo.

Contribuição dos Autores

Resumo/Abstract/Resumen: Ariane Fioriti, Janaina Cassiano Silva; **Introdução ou Considerações iniciais:** Ariane Fioriti, Janaina Cassiano Silva; **Referencial teórico:** Ariane Fioriti, Janaina Cassiano Silva; **Metodologia:** Ariane Fioriti, Janaina Cassiano Silva; **Análise de dados:** Ariane Fioriti, Janaina Cassiano Silva; **Discussão dos resultados:** Ariane Fioriti, Janaina Cassiano Silva; **Conclusão ou Considerações finais:** Ariane Fioriti, Janaina Cassiano Silva; **Referências:** Ariane Fioriti, Janaina Cassiano Silva; **Revisão do manuscrito:** Ariane Fioriti, Janaina Cassiano Silva; **Aprovação da versão final publicada:** Ariane Fioriti, Janaina Cassiano Silva.

CRediT – Taxonomia de Papéis de Colaborador – https://credit.niso.org/.

Direitos Autorais

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à **Revista Poíesis Pedagógica** os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho pu-blicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Poíesis Pedagógica têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

Open Access

Este artigo é de acesso aberto (***Open Access***) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (***Article Processing Charges – APCs***). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la — ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.

Licença de Uso

Este artigo é licenciado sob a Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)**. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o artigo em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.

Verificação de Similaridade

Este artigo foi submetido a uma verificação de originalidade por meio do software **iThenticate** (Turnitin), utilizando o serviço **Similarity Check da Crossref**, com o objetivo de identificar possíveis sobreposições de texto e garantir a integridade acadêmica, a conformidade ética e a originalidade da publicação.

Processo de Avaliação

Este artigo foi submetido a um processo de Revisão por Pares Duplo-Cega (***Double blind peer review***), no qual tanto a identidade dos autores quanto a dos avaliadores permaneceu confidencial durante todas as etapas da avaliação, assegurando imparcialidade, rigor científico e integridade editorial.

Avaliadores

Dois pareceristas *ad hoc* avaliaram este artigo e não autorizaram a divulgação dos seus nomes.

Editores

Profa. Dra. Cláudia Tavares do Amaral – Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Catalão, Goiás, Brasil.

Fomento

O artigo foi editado, diagramado e publicado com o apoio do auxílio financeiro concedido pela **FAPEG Edital nº 10/2023** – Programa de Apoio a Periódicos Científicos de Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás

Publisher

Este artigo foi Publicado na **Revista Poíesis Pedagógica** vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da **Universidade Federal de Catalão - UFCAT**. A Revista Poíesis Pedagógica publica artigos de natureza técnico-científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educa-cional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da UFCAT. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editoral ou da referida universidade. Na **Avaliação CAPES (2021-2024)** a Revista Poíesis Pedagógica obteve **Qualis B1**.